



# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ESTADO DA PARAÍBA

JOÃO PESSOA, P

## Distribuição

PROJETO DE LEI Nº 180/91.

DO DEPUTADO GILVAN FREIRE - Reconhece de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Conjunto Valentina de Figueiredo, e dá outras providências.



Estado da Paraíba  
Assembléia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

Ofício/GSL/1.677/91

João Pessoa, 02 de dezembro de 1991.

Senhor Governador

Encaminho a Vossa Excelência, o autógrafo nº 131/91 do Projeto de Lei nº 180/91, de autoria do nobre Deputado Gilvan Freire, que Reconhece de utilidade pública e dá outras providências.

Renovo a Vossa Excelência, os meus protestos de estima e consideração.

Dep. Carlos Marques Dunga  
Presidente

Exmo. Sr.

Ronaldo Cunha Lima

DD. GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA

Palácio da Redenção

N e s t a



Estado da Paraíba  
Assembléia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 131/91

PROJETO DE LEI Nº 180/91

Reconhece de Utilidade Pública e  
dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres do Conjunto Valentina de Figueiredo, com sede e foro na cidade de João Pessoa, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em  
João Pessoa, 02 de dezembro de 1991.

DEP. CARLOS MARQUES DUNGA  
Presidente

DEP. JOSÉ ALDEMIR MEIRELES DE ALMEIDA  
1º Secretário

DEP. FERNANDO RODRIGUES DE MELO  
2º Secretário



Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa

AO EXPEDIENTE DO DIA  
08 de 11 de 19 90  
Em, 07 de 11 de 19 91  
\_\_\_\_\_  
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 180 /91  
(Dep. Gilvan Freire)

Reconhece de Utilidade Pública  
e dá outras providências

Art. 1º - Fica Reconhecida de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO CONJUNTO VALENTINA DE FIGUEIREDO, com sede e foro na cidade de João Pessoa, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1991.

  
GILVAN FREIRE  
Deputado



Estado da Paraíba  
Assembléia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

Ofício/GSL/1.677/91

João Pessoa, 02 de dezembro de 1991.

Senhor Governador

Encaminho a Vossa Excelência, o autógrafo nº 131/91 do Projeto de Lei nº 180/91, de autoria do nobre Deputado Gilvan Freire, que Reconhece de utilidade pública e dá outras providências.

Renovo a Vossa Excelência, os meus protestos de estima e consideração.

Dep. Carlos Marques Dunga  
Presidente

Exmo. Sr.

Ronaldo Cunha Lima

DD. GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA

Palácio da Redenção

N e s t a



Estado da Paraíba  
Assembléia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 131/91

PROJETO DE LEI Nº 180/91

Reconhece de Utilidade Pública e  
dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres do Conjunto Valentina de Figueiredo, com sede e foro na cidade de João Pessoa, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 02 de dezembro de 1991.

DEP. CARLOS MARQUES DUNGA  
Presidente

DEP. JOSÉ ALDEMIR MEIRELES DE ALMEIDA  
1º Secretário

DEP. FERNANDO RODRIGUES DE MELO  
2º Secretário



Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa

AO EXPEDIENTE DO DIA

08 de 11 de 1990  
Em, 07 de 11 de 1991  
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 180 / 91  
(Dep. Gilvan Freire)



Reconhece de Utilidade Pública  
e dá outras providências

Art. 1º - Fica Reconhecida de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO CONJUNTO VALENTINA DE FIGUEIREDO, com sede e foro na cidade de João Pessoa, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1991.

GILVAN FREIRE

Deputado

Aprovado em 11 de 11 de 1991  
Discussão  
EM. 28 de 11 de 1991  
1º SECRETÁRIO

Aprovada à Proposição em  
2.ª discussão, dispensada de 3ª,  
a pedido do

DEP. O AUTOR

Em, 28 de 11 de 1991

1º Secretário

ASSOCIAÇÃO DE PAIS & MESTRES DO CONJUNTO VALENTINA DE FIGUEIREDO" ESTATUTOS "

ART. 1.º - A ASSOCIAÇÃO DE PAIS & MESTRES DO CONJUNTO VALENTINA DE FIGUEIREDO, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, sem caráter filantrópico, educacional e assistencial, com sede e foro na cidade de João Pessoa - Estado da Paraíba e se regerá pelos presentes Estatutos no cumprimento dos seus objetivos específicos de promover por todos os meios, assistência educacional aos educandos residentes no Conjunto Valentina de Figueiredo; efetivar a integração entre escola e comunidade; fortalecer o desenvolvimento dos programas e projetos sócio-educativos e culturais das instituições estaduais ou privadas no Conjunto Valentina de Figueiredo.

PARÁGRAFO ÚNICO - A ASSOCIAÇÃO DE PAIS & MESTRES DO CONJUNTO VALENTINA DE FIGUEIREDO, havendo necessidade comprovada, poderá ampliar suas atividades.

ART. 2.º - A ASSOCIAÇÃO DE PAIS & MESTRES DO CONJUNTO VALENTINA DE FIGUEIREDO, funcionará com a seguinte estrutura organizacional:

1- ASSEMBLÉIA GERAL - Composta de representantes das instituições escolares e moradores com residência fixa no Conjunto Valentina de Figueiredo, filiações e/ou associados à entidade na data de sua constituição. A Assembleia Geral terá como finalidade eleger, pelo período de (03-três anos) O CONSELHO DELIBERATIVO, além de resolver, mediante reunião ordinária anual ou convocação extraordinária por dois terços de seus membros, os casos em que estas instituições, ou decidir em grau de recursos.

2- CONSELHO DELIBERATIVO - Composto de (04) membros, funcionará como órgão consultivo e deliberativo, tendo como missão especial, eleger a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, ambos com mandato de (02-dois anos).

3- DIRETORIA EXECUTIVA - Constituída de Presidente, Secretário e Tesoureiro eleitos pelo Conselho Deliberativo, com mandato de (02-dois anos), terá como missão o exercício administrativo burocrático, financeiro e contábil da entidade, exceto doações ou alienações de bens móveis e imóveis, que necessitam de autorização do Conselho Deliberativo e aprovação da Assembleia Geral.

4- CONSELHO FISCAL - Constituído de três membros eleitos pelo Conselho Deliberativo para o mandato de (02-dois anos). Terá como missão o acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária global da entidade.

§ 1.º - A Administração financeira e contábil da entidade será exercida conjuntamente pelo Presidente e pelo Tesoureiro, compreendendo movimentação de contas bancárias, recebimento de doações, auxílios, rendas de campanhas eventuais e prestação de contas.

§ 2.º - A entidade não remunerará seus membros diretores pelo exercício de suas funções, nem distribuirá lucros ou dividendos, sob qualquer forma.

ART. 3.º - O patrimônio da entidade ou sob sua responsabilidade, será usado no atendimento dos seus objetivos e em caso de dissolução, será incorporado ao patrimônio da entidade congênere existente no contexto da comunidade Valentina de Figueiredo.

ART. 4.º - Ficam eleitos os componentes dos diversos órgãos da nova entidade juridicamente constituída para o primeiro período administrativo a saber: A. CONSELHO DELIBERATIVO: EMMY DA SILVA CARVALHO, LUIZA DE MARIAS DO NASCIMENTO, JORGE LUIS PARIAS MARINHO DE CARVALHO, CÍCERO COUVEIA LIMEIRA. DIRETORIA EXECUTIVA - Presidente: OLAVO FREYRE DE MEDEIROS. Vice-Presidente: PEDRO DE SOUZA. Tesoureiro: CARLOS ROMERO CORDEIRO FERNANDES. CONSELHO FISCAL - JORGE DE FREITAS DUARTE, ROSÂNGELA MARIA LOURENÇO DA SILVA, VERA LÚCIA DE CARVALHO.

ART. 5.º - O CONSELHO DELIBERATIVO, aprovará no prazo de 30 dias após a publicação e registro da entidade, seu regimento interno que dará a definição de funcionamento, bem como, as atribuições próprias de cada órgão ou função, com respeito aos presentes Estatutos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos nos presentes Estatutos da Associação de Pais & Mestres, serão definidos como estância final na Assembleia Geral da entidade.

ART. 6.º - Os presentes Estatutos da entidade, entrará em vigor para fins administrativos e jurídicos após sua aprovação pela Assembleia Geral que figurará como Comissão Organizadora, publicação e registro no Cartório de Títulos e Documentos, João Pessoa, 10 de Dezembro de 1985

Assinam: EMMY DA SILVA CARVALHO

LUIZA DE MARIAS DO NASCIMENTO

JORGE LUIS PARIAS DE CARVALHO

/CÍCERO COUVEIA LIMEIRA

OLAVO FREYRE DE MEDEIROS

PEDRO DE SOUZA

CARLOS ROMERO CORDEIRO FERNANDES

JORGE DE FREITAS DUARTE

ROSÂNGELA MARIA LOURENÇO DA SILVA

VERA LÚCIA DE CARVALHO

Filiados e/ou associados: Ana Cristina Batista de Oliveira, Rosa Rodrigues da Silva, Emanoel Dias de Sousa, Tatiana Vieira de Andrade, Gerciana Ferreira da Silva, Celso Gomes Batista de Brito, Joana Dura Faria Almeida, Maria do Livramento, Emanoel, Maria do Socorro, C. Torres.







**TOSCANO DE BRITO**  
**SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL**


REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

**CERTIDÃO DE REGISTRO**

PESSOA JURÍDICA

Certifico e dou fé que de acordo com o que preceitua a Lei Nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, em data de 19.05.86 foi registrado sob Nº 48163 do Livro A Nº 20 do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ~~o Estatuto Social da Associação de Pais e Mestres do Conjunto Valentina Figueiredo, sociedade civil sem fins lucrativos com sede e foro na cidade de João Pessoa. O referido é verdade e ao arquivo do serviço de registro de reporta e para constar mandei lavrar esta Certidão que subscrevo e as~~ sino aos vinte e sete dias do mes de setembro de 1991; EM João Pessoa (PB).////.

João Pessoa, 27 / setembro / 1991

  
O OFICIAL DO REGISTRO  
KLEBER TOSCANO  
OFICIAL SUBSTITUTO



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CENTRO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS  
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES

C G C  
SOLICITAÇÃO DE 2.ª VIA DE  
CARTÃO C.G.C.

01 01 PARA USO DA REPARTIÇÃO

6

5

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- 1 - CONSULTE O MANUAL DO CONTRIBUINTE - CGC, AO PREENCHER ESTA FICHA.
- 2 - PREENCHA-A A MÁQUINA, EM 3 (TRÊS) VIAS PERFEITAMENTE LEGÍVEIS.
- 3 - NÃO PREENCHA, OS QUADROS DE "USO DA REPARTIÇÃO"
- 4 - DEIXE EM BRANCO OS ITENS EM QUE NADA TENHA A INFORMAR.
- 5 - APRESENTE TODAS AS VIAS AO ORGÃO DA SRF DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO-SEDE.

02 02 CARIMBO PADRONIZADO DO C.G.C. DO ESTABELECIMENTO SEDE

10.734.069/0001-00  
Associação de Pais e Mestres  
Quadra 379 - S/N - Valentina II  
CEP 58.055  
JOÃO PESSOA - PB.

03 IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO A QUE SE REFERE ESTA SOLICITAÇÃO

03 CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES

NÚMERO BÁSICO

1 0 7 3 4 6 6 9

NÚMERO DE ORDEM

0 0 0 1

CONTROLE

0 0

1

04

DENOMINAÇÃO

04 FIRMA OU  
RAZÃO SOCIAL/  
DENOMINAÇÃO  
COMERCIAL

RES

A S S O C I A Ç Ã O D E P A I S E M E S T

05 NOME DE FANTASIA

05

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

06 TIPO  
(RUA, AV. ETC.)

LOC

07 NOME DO  
LOGRADOURO

QUADRA

379

08 NÚMERO

09 COMPLEMENTO  
(ANDAR, SALA, ETC...)

10 BAIRRO OU  
DISTRITO

VALENTINA

FIGUEIRE

RD

CEP

58055

12 SIGLA  
DA UF.

PB

13 MUNICÍPIO

JOÃO

PESSOA

14 CÓDIGO DO  
MUNICÍPIO

2051

15 CÓDIGO DA  
INSPIRATORIA

16

06

PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

16 INSCRIÇÃO NO CPF

N.º BÁSICO

3 0 1 2 8 1 2 9 7

CONTROLE

0 0

17 NOME

5

OLAVO FREIRE DE MEDEIROS

07

ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE

18 DATA

26.09.91

19 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL  
PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

Olavo Freire de Medeiros

08

CONTROLE DA REMESSA DE DOCUMENTOS

20 PARA USO  
DO ÓRGÃO  
RECEPTOR

CÓDIGO DO ÓRGÃO

ANO

GRUPO

NÚMERO

6

0

6

09

RECEPÇÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DA SEDE

21

CARIMBO DO ÓRGÃO RUBRICA DO FUNCIONÁRIO

10

PARA USO DO ÓRGÃO LOCAL DA JURISDIÇÃO DA SEDE

22

DATA  
DE  
RECEPÇÃO

DIA

MÊS

ANO

7

23

MATRÍCULA

7

ESTA FICHA, QUANDO AUTENTICADA PELA RE-  
PARTIÇÃO, SUBSTITUI O CARTÃO C. G. C. DO  
ESTABELECIMENTO A QUE SE REFERE PELO  
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS CONTADOS DA  
DATA DE RECEPÇÃO OU DA ÚLTIMA REVALIDA-  
ÇÃO APOSTA NO VERSO.

PARA USO EXCLUSIVO



*Estado da Paraíba*  
*Assembleia Legislativa*



Registrado no Livro de Plenário  
às Fls. 180 Sub No 189/91  
EM 08 / 11 / 19 91

Publicado no Diário do Poder  
Legislativo do Dia    /    /     
de 19    .  
EM    /    / 19   

SECRETÁRIO

Remetido à Secretaria Legislativa  
Em 11 / 11 / 91  
[Assinatura]  
Diretor da Ass. ao Plenário

Genral



Estado da Paraíba

# Diário Oficial

9006

JOÃO PESSOA — Sexta-feira, 27 de dezembro de 1991

Preço Cr\$ 300,00

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI N.º 5.518, de 26 de dezembro de 1991

Reconhece de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Trabalhadores de Massaranduba "Amélia Machado da Nóbrega" e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu

sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica reconhecida de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Trabalhadores de Massaranduba "Amélia Machado da Nóbrega", com sede e foro na cidade de Massaranduba.

Art. 2.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 26 de dezembro de 1991; 103.º da Proclamação da República.

RONALDO CUNHA LIMA  
GOVERNADOR

Inaldo Rocha Leitão  
Secretário da Cidadania e Justiça

LEI N.º 5.519, de 26 de dezembro de 1991

Reconhece de Utilidade Pública e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu

sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica reconhecida de Utilidade Pública a Fundação Educacional e Cultural de Pitimbu, com sede e foro na cidade de Pitimbu, neste Estado.

Art. 2.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 26 de dezembro de 1991; 103.º da Proclamação da República.

RONALDO CUNHA LIMA  
GOVERNADOR

Inaldo Rocha Leitão  
Secretário da Cidadania e Justiça

LEI N.º 5.520, de 26 de dezembro de 1991

Reconhece de Utilidade Pública e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu

sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica reconhecida de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Conjunto Valentina de Figueiredo, com sede e foro na cidade de João Pessoa, neste Estado.

Art. 2.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 26 de dezembro de 1991; 103.º da Proclamação da República.

RONALDO CUNHA LIMA  
GOVERNADOR

Inaldo Rocha Leitão  
Secretário da Cidadania e Justiça

LEI N.º 5.521, de 26 de dezembro de 1991

Reconhece de Utilidade Pública a Associação de Assistência aos Fissurados da Paraíba - AFIF - e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu

sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica reconhecida de Utilidade Pública a Associação de Assistência aos Fissurados da Paraíba - AFIF -, com sede e foro na cidade de João Pessoa-Pb.

Art. 2.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 26 de dezembro de 1991; 103.º da Proclamação da República.

RONALDO CUNHA LIMA  
GOVERNADOR

Inaldo Rocha Leitão  
Secretário da Cidadania e Justiça

LEI N.º 5.522, de 26 de dezembro de 1991

Reconhece de Utilidade Pública Estadual a Sociedade São Vicente de Paulo, Cuité-Pb.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu

sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica reconhecida de Utilidade Pública Estadual a Sociedade São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Cuité-Pb.

Art. 2.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 26 de dezembro de 1991; 103.º da Proclamação da República.

RONALDO CUNHA LIMA  
GOVERNADOR

Inaldo Rocha Leitão  
Secretário da Cidadania e Justiça



*Estado da Paraíba*  
*Assembléia Legislativa*  
*Casa de Epitácio Pessoa*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 180/91

(DO DEPUTADO GILVAN FREIRE)

Reconhece de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Conjunto Valentina Figueiredo, e dá outras providências.

RELATOR: O Deputado

P A R E C E R

I - RELATÓRIO

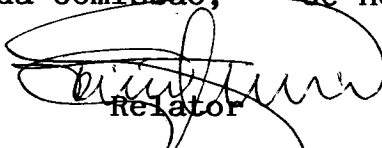
A esta Casa Legislativa vem o Projeto de Lei do insigne parlamentar Gilvan Freire, que "Reconhece de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Conjunto Valentina Figueiredo e dá outras providências".

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei ora submetido a estudo e análise por este órgão técnico do Poder Legislativo Estadual está devidamente saneado por sua documentação comprobatória exigida por esta Comissão, é constitucional e está redigido em boa técnica legislativa, e, esta Relatoria após esta constatação, conclui por recomendar a aprovação da proposição em epígrafe.

É o Voto.

Sala da Comissão, de novembro de 1991.

  
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, reunida em sua composição plena, conclui por aprovar o Projeto de Lei nº 180/91, nos termos do Voto do Relator.

É o Parecer.

Sala da Comissão, de novembro de 1991.



Estado da Paraíba  
Assembléia Legislativa  
Casa do Epitácio Pessoa

Presidente

Relator

Membro

Membro

Membro

Aprovado o Parecer em  
discussão única.

Em 91

1º. SECRETÁRIO